

A DÉCADA DOS MITOS

Marcio Pochmann

A DÉCADA DOS MITOS

E D I T O R A
CONTEXT O

Copyright © 2001 Marcio Pochmann

Coordenação editorial

Camila Kintzel
Fábio Amancio

Preparação

Sandra Regina de Souza

Projeto de capa

Antonio Kehl

Diagramação

Global Tec - Produções Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pochmann, Marcio, 1962-

A década dos mitos / Marcio Pochmann – São Paulo:
Contexto, 2001.

Bibliografia.

ISBN 85-7244-174-3

1. Brasil – Condições econômicas 2. Brasil – Condições sociais
3. Emprego (Teoria econômica) 4. Liberalismo – Brasil. 5. Trabalho
e classes trabalhadoras I. Título.

01-1928

CDD-330.981

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|---|---------|
| 1. Brasil: Neoliberalismo e emprego : Economia | 330.981 |
| 2. Brasil: Neoliberalismo e trabalho : Economia | 330.981 |

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

2001

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.).

Diretor editorial *Jaime Pinsky*
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa
05083-110 – São Paulo – SP
PABX/FAX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

Sumário

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 7 |
| A ocupação a partir da reformulação do papel do Estado | 11 |
| Abertura comercial, internacionalização da economia e ocupação | 39 |
| As possibilidades da “nova economia” e seus efeitos no trabalho no Brasil | 51 |
| A redivisão regional do emprego | 79 |
| Mudanças na distribuição da renda | 93 |
| Alterações recentes no custo do trabalho no Brasil | 107 |
| As políticas salarial e do salário mínimo | 127 |
| Novas e velhas políticas do trabalho no Brasil | 147 |
| Referências bibliográficas | 173 |

Apresentação

Este livro constitui um contraponto às teses que se transformaram hegemônicas nos anos 1990 no Brasil, a partir de uma constante propaganda pelos diferentes governos e da recorrente reprodução, sem grande contestação, pelos meios de comunicação de massa e até por certos setores mais progressistas. Mais precisamente, as teses governamentais liberalizantes são analisadas como mitos, já que demonstraram ser idéias falsas, sem correspondência na realidade nacional.

Uma verdadeira fantasia neoliberal ganhou o país, capaz de criar um enorme fosso entre o que dizia ser e o que se revelou após a sua implantação. No passado que todos desejam esquecer, o então ministro da propaganda do nazismo dizia que a repetição de uma mentira por muitas vezes tornava-a uma verdade aceita por muitos. Agora, percebe-se que esse perverso método de propaganda não foi totalmente abandonado.

No Brasil, que também viveu a hegemonia do pensamento único durante a década de 1990, verificou-se a sempre presente tentativa de marginalização daqueles que ousavam pensar o contrário do que as teses neoliberais apontavam como verdades absolutas, fossem eles movimentos políticos e sociais organizados ou mesmo intelectuais que, isoladamente, se negavam a enxergar a realidade através de uma lente só. Uma vez implementado o programa liberalizante no país, alcançam-se as condições necessárias e suficientes para uma reflexão profunda e não convencional sobre a produção de uma década dos mitos.

Sob o prisma temático do trabalho, procura-se espetar o alvo de oito mitos produzidos pelo neoliberalismo no Brasil durante a década de 1990. O primeiro mito surge da constatação de que o esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com elevação no nível de ocupação. Por meio da privatização seria possível reduzir o endividamento público e am-

pliar o gasto social, deixando ao setor privado o comando da expansão econômica. Não apenas foi registrado o pior desempenho econômico, com taxas de variação do produto praticamente equivalentes às da população, indicando a estagnação da renda *per capita*, como o endividamento cresceu, ao contrário do gasto social. O desemprego, por conseqüência, teve no esvaziamento do Estado uma fonte importante de expansão.

O segundo mito encontra-se incrustado no pressuposto de que a abertura comercial e a internacionalização da economia permitiriam a modernização do parque produtivo, assim como a redução do desemprego. A queda das barreiras tarifárias e não tarifárias num ambiente macroeconômico não isonômico (altas taxas de juros, moeda valorizada, ausência de políticas comerciais defensivas e industriais ativas) resultou no rompimento de cadeias produtivas diante da presença de maior quantidade de produtos importados. Sem condições satisfatórias para melhor colocar a sua produção no exterior, o país assumiu a posição de “exportador” de empregos, pois parte dos que aqui existiam no setor industrial foram trocados pela importação. Não apenas o desemprego aumentou, como piorou a participação do Brasil no comércio internacional, indicando o atraso a que o país foi submetido.

O terceiro mito vincula-se à hipótese heróica de que o avanço da chamada “nova economia” seria favorecida no Brasil diante da aceitação passível do tecnoglobalismo. Ou seja, a crença oficial de que o abandono das políticas nacionais de ciência e tecnologia pela possível compra de tecnologia de fora no mercado internacional possibilitaria ao país reduzir o atraso técnico em relação às economias avançadas, ao mesmo tempo que o capacitaria tanto para receber novos investimentos quanto para gerar uma elevada quantidade de novas ocupações com maior qualidade. Como o atraso tecnológico não foi reduzido, pelo contrário, o Brasil transformou-se num país mais dependente do exterior e responsável pela expansão da ocupação doméstica, diante da redução do emprego e do tamanho da chamada “nova economia” durante os últimos dez anos.

O quarto mito advém da análise do pressuposto de que o rompimento com as políticas de desenvolvimento regional no Brasil possibilitaria a conformação de um país menos desigual, com acentuada expansão das regiões menos desenvolvidas, especial-

mente no que diz respeito ao nível de emprego. Os esforços subnacionais para atração de investimentos privados, num quadro de desinvestimento público, redundaram na guerra fiscal e na perda de sinergia entre os estados e municípios. Nesse quadro, não causa espanto o ressurgimento da questão regional, indicando o agravamento das desigualdades entre as grandes regiões, com o desemprego aberto deixando de ser um fenômeno sul-sudeste para se tornar importante nas pequenas cidades e nas áreas mais depauperadas do país. O esvaziamento dos pólos industriais em várias regiões menos desenvolvidas são expressão direta disso.

O quinto mito localiza-se na defesa da desconcentração da renda a partir do estabelecimento da estabilização monetária. Uma vez consagrado o fim das altas taxas de inflação, o país tenderia a conhecer uma fase de melhor distribuição da renda nacional, posto que a carestia do custo de vida era identificada com o principal imposto sobre os pobres. Sem mexer nos problemas estruturais do país, como a reforma agrária, a tributária e a social e o crescimento econômico sustentado, a questão distributiva não foi alterada. Pelo contrário, terminou sendo ainda mais potencializada diante da crise do emprego que tem afastado os brasileiros do acesso à carteira assinada. As ocupações geradas, além de insuficientes, na maioria das vezes são muito precárias e têm baixa remuneração.

O sexto mito retrata a tese de que o custo do trabalho no Brasil é muito elevado, ocasionando a perda de competitividade empresarial e gerando desemprego e ocupações informais. Apesar da implementação de medidas direcionadas à flexibilização dos contratos de trabalho e à desregulamentação do mercado de trabalho, o emprego formal não aumentou, pelo contrário, acumulou déficit estimado em 3,2 milhões de postos de trabalho, assim como o desemprego alcançou índices nacionais sem paralelo desde a década de 1930. O Plano Real, imposto a ferro e fogo, produziu artificialmente o aumento em dólar do custo do trabalho, somente reduzido sensivelmente com a mudança do regime cambial, em 1999.

O sétimo mito surge de toda a argumentação favorável à desresponsabilização do Estado para com o rendimento dos trabalhadores de salário de base, como forma de levar à redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho e à elevação dos salários de acordo com os ganhos de produtividade. Entretanto, o

Brasil, que já era conhecido internacionalmente como uma economia de baixos salários, reforçou ainda mais essa posição, quando abandonou a política salarial, a partir do Plano Real, e manteve estacionado o valor real do salário mínimo num dos mais baixos patamares dos últimos sessenta anos. Para um país com oferta abundante de mão-de-obra, a ausência do Estado estimula uma maior concorrência entre os trabalhadores, gerando o rebaixamento salarial e a precarização generalizada da ocupação.

No oitavo mito chega-se à idéia – força de todo o projeto neoliberal dos anos 1990: acabar com a Era Vargas. Em vez de indicar o rompimento de acordos políticos com segmentos atrasados – conforme realizados pelo pacto de dominação varguista e que foram responsáveis pela não realização, até hoje, de programas civilizatórios do “capitalismo tupiniquim”, como a reforma agrária para desconcentrar a propriedade rural, a reforma tributária para fazer com que o rico pague imposto e a reforma social para universalizar o direito à cidadania –, assistiu-se, nos anos 1990, à imposição de políticas neoliberais que retiraram direitos sociais e trabalhistas de uma ampla parcela dos brasileiros. Talvez por isso é que o fim da Era Vargas pode ser entendido, também, por meio da desvalorização do trabalho.

Com a violência dos programas neoliberais adotados recentemente no Brasil foi consolidada a lógica da desconstrução de uma nação, que um dia sonhou ser soberana, justa e democrática. Em vez disso, ampliaram-se os sinais de passagem da construção de um país para a de uma situação próxima a de acampamento, em que a ausência do Estado dá lugar à crescente violência, corrupção, desemprego; enfim, ao atraso socioeconômico e à degradação do trabalho.

Ao longo das próximas páginas o leitor terá acesso a uma espécie de inventário nacional sobre a ressaca neoliberal que se manifestou na forma de mitos durante os anos 1990. Procura-se fazer um balanço dos principais mitos que atuaram sobre a realidade socioeconômica nacional, considerando as diferentes dimensões da estratégia que buscou colocar fim ao que a Era Vargas tinha de melhor: a valorização do trabalho. Por conter referenciais empíricos especiais que concedem à publicação certa singularidade na análise, optou-se pela ampla apresentação de gráficos e tabelas, que dão maior consistência e clareza ao desvendamento dos mitos neoliberais na década de 1990.

A ocupação a partir da reformulação do papel do Estado

Em dez anos de aplicação de políticas neoliberais foi possível consolidar o mito de que o esvaziamento do papel do Estado no Brasil levaria tanto ao crescimento econômico sustentado quanto à expansão do nível de emprego. Isso não ocorreu, muito pelo contrário. Justamente após cinco décadas de ampla manifestação de um padrão de intervenção do Estado favorável ao crescimento econômico e ao emprego, observou-se, a partir de 1990, a adoção de um novo modelo econômico que resultou pouco positivo para a economia e para o trabalho no Brasil. Não apenas o desemprego assumiu volume sem paralelo histórico nacional, como o rendimento do trabalho alcançou uma das mais baixas participações na renda nacional. Ao mesmo tempo, o novo modelo econômico terminou por não recolocar a economia nacional no curso do desenvolvimento sustentado, tendo, por isso mesmo, levado o país a registrar a pior década quanto à variação do Produto Interno Bruto de todo o século xx. A crença de que o esvaziamento do Estado possibilitaria o reforço do setor privado, a ponto de conduzir ao crescimento econômico desejado e duradouro, não se confirmou nos anos 1990.

Após dez anos de iniciado o processo de privatização no Brasil, pode-se encontrar uma literatura que se propõe a avaliar vários aspectos da revisão do papel do Estado. Há, entretanto, uma escassez de estudos sobre o que ocorreu com o emprego nas empresas públicas. Não se pretende aqui esgotar a discussão sobre o fenômeno de desestatização ocorrido ao longo da década de 1990

no país. A preocupação é fundamentalmente oferecer elementos que permitam analisar os principais efeitos quantitativos e qualitativos decorrentes do processo de revisão do papel do Estado e da privatização no emprego dos trabalhadores com contrato regular de trabalho. Dessa forma, coloca-se em evidência o primeiro mito do projeto neoliberal que apontava para o enxugamento do Estado como condição para a expansão econômica e, por consequência, do emprego no país¹.

Cinco partes constituem esse estudo, que se inicia com a discussão acerca dos diferentes padrões de intervenção do Estado no capitalismo; já a segunda parte trata da relação entre Estado e desenvolvimento econômico no Brasil. A seguir busca-se analisar as principais mudanças ocorridas no padrão de intervenção do Estado brasileiro a partir de 1990, com a introdução de um novo modelo econômico. A quarta parte enfoca o efeito emprego decorrente da revisão do papel do Estado e da década das privatizações. Por fim, apresenta-se uma breve avaliação da estratégia brasileira de promover mudanças significativas no curso do Estado no Brasil durante os anos 1990.

PADRÕES DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO CAPITALISMO

O Estado não representa um corpo estranho na evolução do capitalismo. Pelo contrário, pode-se constatar, do ponto de vista histórico, a manifestação de diferentes padrões de intervenção, cujo objetivo é o de nortear a presença do Estado nas economias de mercado, constituída, em maior ou menor medida, por um conjunto ou frações de interesses públicos e privados.

Paralelamente, o papel econômico do Estado também toma forma distinta ao longo do tempo, refletindo geralmente a natureza e a intensidade das modificações ocorridas no interior do processo de acumulação de capital. Dessa forma, a atuação do Estado tende a organizar, consagrar e reproduzir o processo de dominação política, impondo compromissos entre múltiplos blocos no poder e de certas frações sociais não dominantes, a partir da construção de consensos ideológicos majoritários (Poulantzas, 1978; Habermas, 1975).

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

